

ECONOMIA SOLIDÁRIA, PRÁTICAS ESPACIAIS E TERRITÓRIOS DISSIDENTES EM RIO CLARO (SP) - BRASIL

AURO APARECIDO MENDES
Professor Adjunto do Departamento de Geografia-IGCE-UNESP-Rio Claro
auromendes@uol.com.br

SILVIA APARECIDA GUARNIERI ORTIGOZA
Professora Adjunta do Departamento de Geografia-IGCE-UNESP- Rio Claro
sago@rc.unesp.br

GT 5- Sociedade Civil e Políticas Públicas

Introdução

A Economia Solidária deve ser entendida não apenas na sua pluralidade econômica mas, concretamente, nas suas imbricações espaciais que implicam em diversidade e complexidade peculiares a cada território. Tais territórios possuem diferentes níveis de organização, de estruturação e de institucionalização. Assim sendo, as experiências em Economia Solidária são diversificadas e dificilmente replicáveis, devendo, portanto, considerar as especificidades de cada lugar. Cada lugar possui suas características, sua identidade, seus desafios, enfim, suas singularidades.

Embora todos os lugares estejam atualmente inseridos no contexto capitalista hegemônico, não significa que as normas impostas por esse sistema dominante irão destruir as normas existentes nos territórios onde a Economia Solidária se desenvolve.

A Economia Solidária reúne a prática de vários sujeitos excluídos pelo sistema capitalista em territórios dissidentes. Tais sujeitos, por meio de empreendimentos econômicos solidários ou organizados em cooperativas e associações promovem, com seus contraprojetos, desenvolvimento territorial.

O presente trabalho encontra-se estruturado em três partes, além das considerações finais. Na primeira parte, é feita uma contextualização da Economia Solidária no contexto da globalização econômica; na segunda, uma discussão dos aportes teóricos sobre territórios dissidentes, práticas espaciais e contraprojetos e, na terceira; uma breve análise da experiência em Economia Solidária no município de Rio Claro (SP) - Brasil.

A Economia Solidária brasileira no Contexto da Globalização Econômica

No contexto do capitalismo neoliberal ocorre o Fórum Mundial em 2000 que vai ensejar no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva políticas públicas voltadas à Economia Solidária. Em 2003, ocorre a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) ligada ao Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), tendo como Secretário o economista Paul Singer.

De acordo com Singer:

A economia solidária surge como um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo). Sob o capitalismo, os meios de produção são socializados na medida em que o progresso técnico cria sistemas que só podem ser operados por um grande número de pessoas, agindo coordenadamente, ou seja, cooperando entre si. Isso se dá não somente nas fábricas, mas também nas redes de transportes, comunicação, de suprimento de energia, de água, de vendas no varejo, etc.

O modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias. Mas na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos”. (Singer, 2000, p.13).

Atualmente, são muitas manifestações em Economia Solidária em curso em diferentes territórios nacionais, tais como: empreendimentos autogestionários, cooperativas, incubadoras tecnológicas de cooperativas populares, centros públicos, bancos comunitários, cadeias de produção, e de comercialização solidárias, trocas solidárias com ou sem moeda social, empresas recuperadas pelos trabalhadores em autogestão, entre tantas outras iniciativas.

Conforme salientam França Filho e Laville (2004: 154) *“trata-se, em geral, de experiências fortemente vinculadas a um quadro territorial específico de pertencimento (um bairro, uma região, etc.) que tentam através da sua prática enfrentar suas problemáticas locais”*.

A economia solidária no Brasil e na América Latina deve ser entendida como um movimento social emancipatório que parte dos segmentos mais pobres da população estabelecendo uma nova relação com o mercado e com o Estado.

Na relação com o mercado a economia solidária vem sendo construída a partir daquilo que Milton Santos (1979) denominou de “circuito inferior da economia”, empregando pouco capital, com baixo nível tecnológico, intensivo em mão-de-obra, entre outros aspectos.

Dessa forma, que a Economia Solidária está inserida em uma economia mista (pública e privada), contudo, antípoda à ordem hegemônica.

A história da Economia Solidária no Brasil e em outros países na América Latina é uma história de lutas, de conflitos, de resistência no campo e na cidade de uma “ordem” imposta prometendo progresso e desenvolvimento.

De acordo com Mendes (2013) o crescimento econômico ocorrido no Brasil, principalmente durante a década de 1970, em plena ditadura militar, foi concebido e implementado no marco dos Planos Nacionais de Desenvolvimento Econômico (II PND, especialmente). Nessa época, o Estado teve um papel fundamental para criar as condições necessárias para o grande capital se implantar no Brasil. Data dessa época, os grandes projetos industriais e agropastoris realizados nas Regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste do país, consideradas estagnadas economicamente. Esse capitalismo *hard* gerou profundas desigualdades sócio-espaciais além de provocar nos lugares ecocídios e biocídios incalculáveis em nome de um Projeto Nacional que consistia em transformar o Brasil em uma Grande Potência, ideologia que visava progresso e crescimento econômico a qualquer custo.

Conforme o autor mencionado, tais iniciativas foram amplamente resistidas por meio de movimentos sociais que ocorreram no Brasil, muitos dos quais configurando-se em verdadeiras batalhas campais, uma vez que o aparelho repressivo do Estado tentava deter tais confrontos e conflitos.

Esse cenário de repressão, de profundas desigualdades socioeconômicas e de desequilíbrios regionais vigentes na década de 1970 não é o retrato apenas do caso brasileiro, mas de muitos outros países da América Latina, até os dias atuais.

Se até a década de 1970 o Estado, no caso brasileiro teve um papel diretivo e normativo no crescimento econômico, após 1980, ele passa a ser um facilitador para os investimentos diretos estrangeiros em território nacional, através da abertura comercial e das desnacionalizações e privatizações ocorridas.

Todavia, no Brasil, foi na década de 1980 que ocorreram as primeiras experiências, contando com forte atuação da Igreja Católica (Cáritas Brasileira, notadamente), contribuindo para a organização das comunidades de baixa renda, visando melhorias na qualidade de vida. Data dessa época, também, os movimentos sindicais cujo mote era justamente o combate ao desemprego decorrente da abertura comercial, perda de competitividade de muitos segmentos produtivos nacionais, do fechamento de muitas indústrias e da “modernização dolorosa” ocorrida no campo.

A Universidade é outro setor que desde a década de 1990, principalmente, vem refletindo, discutindo e atuando com práticas solidárias no Brasil abrigando, inclusive, Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs). Na verdade, são muitos os atores, as instituições e as entidades que atuam e participam da construção da economia solidária no país.

Conforme Mendes (2013) trata-se de pensar o desenvolvimento territorial, em termos de “ganha-ganha”, contemplando solidariedade, união, cooperação, reciprocidade, o resgate da dignidade e da felicidade e ir contra a lógica do “ganha-perde” da globalização econômica.

Assim sendo, de acordo com o autor, as experiências em economia solidária são diversificadas e dificilmente replicáveis, sendo necessário considerar as especificidades de cada território. Cada território possui suas características, sua identidade, seus desafios, enfim, suas singularidades. Entretanto, importantes lições podem ser aprendidas na pluralidade de experiências existentes em distintos contextos.

Economia Solidária: Territórios Dissidentes e Práticas Espaciais

A Economia Solidária só pode ser entendida quando se considera o território, porque é ali que as relações sociais ocorrem e, por conseguinte, o desenvolvimento sócio-espacial. A

autogestão, a justiça social, a qualidade de vida, a preocupação com o meio ambiente, dentre outros aspectos devem ser compreendidos a partir do território.

Os territórios onde se desenvolvem as práticas em Economia Solidária são aqueles produzidos pela comunidade e que não se deixam dominar pela ordem hegemônica capitalista. Assim sendo, tais territórios, dialeticamente, geram uma desordem no sistema dominante, com o fito de estabelecer uma nova ordem, tornando-se, portanto, territórios da subversão.

De acordo com Moreira (2012, p.212), parte da força da sociedade civil ao se levantar contra a ordem do espaço dominante e prevalecente gera o contraespaço. Para o autor não há espaço sem contraespaço, e vice-versa, contraespaço sem espaço.

Conforme o Moreira:

É contraespaço o arranjo espacial de uma greve de operários, uma ocupação de terra com fim de assentamento, o surgimento de uma favela, um ritual de capoeira ou de candomblé, a luta pelo direito à cidade, uma manifestação de rua, um movimento de embargo de uma obra de efeito ambiental de uma comunidade, mas também, a segregação urbana da classe média, o embargo territorial de setores de dominantes excluídos do bloco de poder instituído como governo central dentro do bloco histórico (MOREIRA, 2012, p. 217).

Enfim, o contraespaço consiste em uma forma de luta contra o espaço instituinte, marcado por tensões, conflitos, resistências e resiliências. O espaço e o contraespaços estão justapostos e convivem como pares antagônicos.

Segundo Souza:

O desenvolvimento sócio-espacial, referente a um processo de enfrentamento da heteronomia e tendo a autonomia como um *horizonte de pensamento e ação*, é uma antítese ético-política do “desenvolvimento econômico” capitalista (SOUZA, 2013, p. 275)

Na Economia Solidária, o desenvolvimento sócio-espacial ocorre nos contraespaços por meio de movimentos sociais que lutam por mais autonomia. O ativismo social rompendo com os planejamentos impostos, desempenham o papel de agentes de um “planejamento insurgente” e de gestores em “territórios dissidentes”, conforme argumenta Souza (2013, p. 76).

Os movimentos sociais emancipatórios ou ativismos sociais modelam o território por meio de práticas espaciais.

Para Souza:

Práticas espaciais são práticas sociais em que a espacialidade (a organização social, a territorialidade, a “lugaridade”...) é um componente nítido e destacado da forma de organização, do meio de expressão e/ou dos objetivos a serem alcançados. Toda prática espacial, assim como, mais amplamente, toda prática social é uma ação (ou conjunto de ações) inscritas nos marcos de relações sociais. Por isso é importante articular o conceito de prática espacial com os de relação social e ação social (SOUZA, p. 241).

As práticas espaciais insurgentes na Economia Solidária são específicas em cada “nanoterritório”, enraizadas em lugares distintos e com *práxis* peculiares. Dessa forma, conforme o autor mencionado, as práticas espaciais rompem com a heteronomia (assimetria de poder existente entre dirigentes e dirigidos, dominantes e dominados), almejando uma autonomia coletiva garantidora de acesso igualitário ao processo de tomada de decisões sobre assuntos de interesse coletivo.

O autor ressalta, ainda, que a superação da heteronomia é um processo longo, penoso e multifacetado e que o “projeto de autonomia” é, como sempre um processo aberto às contingências e radicalmente criativo.

Santos (2010) salienta:

Os “debaixo” não dispõem de meios (materiais e outros) para participar plenamente da cultura moderna de massas. Mas sua cultura, por ser baseada no território, no trabalho e no cotidiano, ganha a força necessária para deformar, ali mesmo, o impacto da cultura de massas. Gente junta cria cultura e, paralelamente, cria uma economia territorializada, uma cultura territorializada, um discurso territorializado, uma política territorializada. Essa cultura da vizinhança valoriza, ao mesmo tempo, a experiência da escassez e a experiência da convivência e da solidariedade. (SANTOS, 2010, p. 144).

A heterogeneidade, a heteronomia e a globalização criam as condições necessárias, segundo o Santos (1979), para a reemergência das próprias massas, e, por conseguinte, para o surgimento de um novo período histórico chamado de período demográfico ou popular.

A Economia Solidária em Rio Claro (SP): Práticas Espaciais em Territórios Dissidentes

Em 1999 a Prefeitura Municipal de Rio Claro- município localizado, aproximadamente, 170 Km da capital paulista- iniciou um trabalho de combate à pobreza, ao desemprego, enfim, à exclusão social. Faz-se mister ressaltar que essa grave situação socioeconômica só pode ser devidamente compreendida quando se consideram as transformações macroeconômicas em curso em termos mundiais, tais como: a globalização econômica, a abertura comercial, as reestruturações produtivas, a precarização do trabalho... que tiveram profundas repercussões no Brasil.

Neste contexto, Rio Claro até a década de 1970 sempre teve políticas voltadas para a atração de capitais externos ao município, inclusive, criando um Distrito Industrial destinado à implantação de grandes fábricas nacionais e estrangeiras, com ramos potencialmente poluentes. As indústrias localizadas no referido Distrito contaram com vários incentivos fiscais e doações de terrenos.

Essa foi a política de desenvolvimento local durante muitas décadas.

Foi assim, que Rio Claro e outros municípios brasileiros tiveram que encontrar práticas espaciais em seus “nanoterritórios” para enfrentarem e combaterem a pobreza, visando não somente a geração de trabalho e renda, mas, sobretudo, o resgate da dignidade humana, “desfazendo os nós do capital” (Mendes, Cortez e Ortigoza, 2013).

A situação dos catadores em Rio Claro em 2002 era a seguinte:

- catando material que “transformavam em dinheiro”, disputavam no lixão quem pegaria primeiro os resíduos;
- esperando a chegada dos caminhões que traziam os resíduos, entre cachorros, corvos e tratores, os catadores lutavam para apanhar os sacos com resíduos, para depois venderem;
- muitas famílias para sobreviverem consumiam os alimentos encontrados no lixão.

Diante desse quadro desumano que as práticas espaciais e as políticas públicas em economia solidária passaram a ser implementadas no município e que serão relatadas a seguir.

Em 11 de novembro de 2002 foi criada a COOPERVIVA. Na época o poder municipal cedeu, provisoriamente, uma área para a instalação da referida Cooperativa além de caminhões para a coleta de resíduos que era realizada na cidade.

A administração da COOPERVIVA passou a ser de responsabilidade dos próprios cooperados. Foi elaborado, também, um Estatuto e Regimento Interno e os rendimentos dos cooperados passaram a ser provenientes da venda de materiais recicláveis. Os cooperados começaram a ter importantes direitos trabalhistas, tais como: seguro de vida, férias, seguro maternidade, dentre outros (Mendes e Lima, 2012, p. 34).

Embora as experiências em Economia Solidária em Rio Claro não sejam recentes, será a partir de 2010 que ocorreram os avanços mais significativos na história da Economia Solidária na cidade.

Atualmente, a COOPERVIVA possui um novo espaço, cedido por mais de 30 anos pela Prefeitura Municipal, cujo barracão foi inaugurado em 2011. Contando com novos caminhões a coleta seletiva abrange, praticamente, 100% da área urbana do município (Mendes e Lima, 2012, p. 38).

A COOPERVIVA funciona nos dias atuais no Distrito Industrial existente no município, ou seja, um território dissidente num espaço que, até então, era dominado pelo grande capital.

Existem, atualmente, no município de Rio Claro, de acordo com pesquisas realizadas pela EcosBio/Prefeitura Municipal de Rio Claro/Ministério do Trabalho e Emprego (2015), 8 territórios com potencialidades para o desenvolvimento de atividades econômicas solidárias nos seguintes segmentos produtivos especialmente: artesanato, agricultura urbana, alimentação, serviços.

Vários desses territórios estão localizados, notadamente, em bairros considerados de vulnerabilidade social e com atividades econômicas predominantemente do circuito econômico alternativo. Dessa forma, a Economia Solidária aparece nesses territórios

dissidentes como um contraprojeto norteados por princípios e contra-racionalidades ou de racionalidades paralelas suficientemente capazes de enfrentarem a ordem hegemônica.

Outra prática espacial em curso na cidade são as feiras solidárias que ocorrem em diferentes territórios, nos quais são comercializados os produtos produzidos pelos empreendimentos econômicos solidários. Cabe salientar que um dos pontos de comercialização desses produtos solidários encontra-se localizado em frente a um shopping center. Mais uma vez fica evidenciado a existência de um território dissidente, de um nanoterritório ou contraespaço que atua de forma antagônica à ordem imposta pelas grandes empresas.

Torna-se necessário ressaltar que a Economia Solidária consiste em um circuito econômico alternativo, portanto, não existe para competir e concorrer no mercado capitalista.

Atualmente, no município existe um espaço onde funcionava o antigo Departamento de Geografia que, funciona hoje em novas instalações, que foi cedido pela Universidade (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”- UNESP- Rio Claro) para a instalação do Centro Público de Economia Solidária. Nesse espaço funcionará a Incubadora de Empreendimentos Econômicos e o Ponto Fixo de Comércio Solidário. Trata-se de mais uma iniciativa que tem contribuído, sobremaneira, para o desenvolvimento sócio-espacial.

Além de todas essas práticas espaciais merece mencionar que Rio Claro já conta com um Conselho Municipal de Economia Solidária que vem trabalhando na execução das metas previstas no Plano Municipal de Economia Solidária.

Obviamente, que essa trajetória da Economia Solidária em Rio Claro ocorreu exigindo o esforço coletivo de todos os segmentos envolvidos que, por meio de práticas espaciais, ativismos sociais souberam defender seus contraprojetos, com autonomia, nos diversos territórios insurgentes existentes na cidade.

Considerações Finais

Quer na forma de contraespaços ou sob a forma de territórios dissidentes, a Economia Solidária vai avançando em Rio Claro com seu contraprojeto e com o seu autoplanejamento.

Souza (2013) chama a atenção que para cada “ordem” sócio-espacial imposta aparecerá um ou vários contraprojetos concorrentes. O autor ressalta, ainda, que da aparente “desordem” irão surgir novas “ordens” menos injustas e menos assimétricas.

A Economia Solidária em Rio Claro está em co-construção que precisa ser compreendida não como uma proposta político-partidária restrita a uma gestão, mas como uma prática espacial com capacidade de autogerir-se, autogovernar-se com base na cooperação, na solidariedade e na autonomia, de forma multidimensional.

Precisamos não de uma outra globalização, mas de seres humanos solidários.

Como nos adverte Coraggio:

No es suficiente (...) com generar nichos de solidaridad, de eficiência social, según critérios que la sociedade no internalizó ni reproduce como sentido común. Es preciso ir por más: por outra economia, por outra política, por outra sociedade, por outra cultura, por outro mundo (CORAGGIO, 2008).

Nas palavras de Santos (2010):

Esse mundo novo anunciado não será uma construção de cima para baixo, como estamos hoje assistindo e deplorando, mas uma edificação cuja trajetória vai se dar de baixo para cima.

(...) um novo modelo econômico, social e político que, a partir de uma nova distribuição dos bens e serviços, conduza à realização de uma vida coletiva solidária e, passando da escala do lugar à escala do planeta, assegure uma reforma do mundo, por intermédio de outra maneira de realizar a globalização (SANTOS, 2010, p. 170).

No caso específico da Economia Solidária, urge que todos os membros de uma comunidade, de um território se sintam comprometidos uns com os outros e com as causas e demandas que lhes afetam diretamente.

A Economia Solidária deve ser democrática, colaborativa, emancipatória.

Enfim, precisamos de uma Economia Solidária com autonomia, que promova o desenvolvimento territorial e uma sociedade mais justa e livre.

Referências

CORAGGIO, J.L. América Latina: necessidade y posibilidades de outra economía. **Outra economia**. Volumen II, n. 2, 2008.

Formação para Gestores Públicos e Entidades de Fomento: Economia Solidária e a Gestão. 003 Projeto Rio Claro Solidária- Construindo coletivos solidários e integrando territórios. EcosBio/Prefeitura Municipal de Rio Claro/MTE/Governo Federal, 2015

FRANÇA FILHO, G.C.; LAVILLE, J.L. (2004). **Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

MENDES, A. A.; LIMA, V.S. História da economia solidária no município de Rio Claro/SP- COOPERVIVA: um exemplo de geração de trabalho e renda de forma criativa. In: SAGAWA, R. (Org.). **Os enlacs da economia solidária**. Curitiba: CRV, 2012.

MENDES, A. A.; CORTEZ, A.T.C.; ORTIGOZA, S.A.G. (Orgs). **Desfazendo os nós do capital**. Bauru: Canal 6, 2013.

MENDES, A. A. Economia Solidária: contextualizações e mutações. In MENDES, A. A.; CORTEZ, A.T.C.; ORTIGOZA, S.A.G. (Orgs). **Desfazendo os nós do capital**. Bauru: Canal 6, 2013.

MOREIRA, R. **Geografia e Práxis. A presença do espaço na teoria e na prática geográficas**. São Paulo: Contexto, 2012.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

SOUZA, M.L.de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.